



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

C.M.A.
FL. N.º 12

PARECER

00003065.989.20-4 – Contas Anuais.

Prefeitura Municipal: Araçariguama.

Exercício: 2020.

Assunto: Prestação de contas da administração financeira, orçamentária e patrimonial de Município.

Prefeito: João Batista Damy Correa Junior.

Advogados: Renato de Castro da Silva (OAB/SP nº 302.804), Márcia Regina Carneireiro (OAB/SP nº 389.275), Adriano Teodoro (OAB/SP nº 156.526), Gustavo Goldoni Barijan (OAB/SP nº 425.621) e outros.

Procuradora do Ministério Público de Contas: Élide Graziane Pinto.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. CUMPRIMENTO DOS ÍNDICES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS DE DESPESA. GESTÃO FISCAL DESEQUILIBRADA. INADEQUAÇÕES NOS ENCARGOS SOCIAIS. FALTA DE PAGAMENTO DOS PRECATÓRIOS E REQUISITÓRIOS DE PEQUENO VALOR. DESFAVORÁVEL. DETERMINAÇÃO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Pelo voto dos Conselheiros Robson Marinho, Presidente em exercício e Relator, e Cristiana de Castro Moraes e do Auditor Substituto de Conselheiro Antonio Carlos dos Santos, a e. 2ª Câmara, em sessão de 24 de maio de 2022, ante o exposto no voto do Relator, inserido aos autos, decidiu emitir parecer desfavorável à aprovação das contas prestadas pela Prefeitura Municipal de Araçariguama, relativas ao exercício de 2020, exceção feita aos atos porventura pendentes de apreciação por este Tribunal.

Na ocasião reconheceram-se definitivos os seguintes resultados contábeis: Aplicação no Ensino: 32,29%; Recursos do FUNDEB aplicados no exercício: 100,00%; Aplicação na valorização do Magistério: 65,36%; Despesas com Pessoal e Reflexos: 53,09%; Aplicação na Saúde: 37,23%; Transferências ao Legislativo: Regular; Execução orçamentária: déficit: 2,46%.

Por fim, determinou o arquivamento definitivo de eventuais expedientes eletrônicos referenciados, bem como autorizou o arquivamento do processo, quando oportuno.

Publique-se, oficie-se conforme determina a Nota de Decisão e enviem-se os autos à Fiscalização para o que couber.

São Paulo, 24 de maio de 2022.

ROBSON MARINHO – Presidente em exercício e Relator.

scr

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Conselheiro Robson Marinho
Segunda Câmara
Sessão: **24/5/2022**

51 TC-003065.989.20-4 - PREFEITURA MUNICIPAL – CONTAS ANUAIS – PARECER

Prefeitura Municipal: Araçariguama.

Exercício: 2020.

Prefeito: João Batista Damy Correa Junior.

Advogado(s): Renato de Castro da Silva (OAB/SP nº 302.804), Márcia Regina Carneireiro (OAB/SP nº 389.275), Adriano Teodoro (OAB/SP nº 156.526), Gustavo Goldoni Barijan (OAB/SP nº 425.621) e outros.

Procurador(es) de Contas: Renata Constante Cestari.

Fiscalizada por: UR-9.

Fiscalização atual: UR-9.

TÍTULO	SITUAÇÃO	(Ref.)
Ensino	32,29%	(25%)
FUNDEB	100%	(95%-100%)
Magistério	65,36%	(60%)
Pessoal	53,09%	(54%)
Saúde	37,23%	(15%)
Receita Prevista	R\$ 118.210.667,90	
Receita Realizada	R\$ 107.615.677,17	
Execução orçamentária – déficit	R\$ 2.647.455,81 – 2,46%	
Execução financeira – déficit	R\$ 17.672.469,44	
Transferência à Câmara de Vereadores	Regular	
Precatórios (pagamentos)	Irregular	
Encargos sociais	Irregular	

EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. CUMPRIMENTO DOS ÍNDICES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS DE DESPESA. GESTÃO FISCAL DESEQUILIBRADA. INADEQUAÇÕES NOS ENCARGOS SOCIAIS. FALTA DE PAGAMENTO DOS PRECATÓRIOS E REQUISITÓRIOS DE PEQUENO VALOR. DESFAVORÁVEL. DETERMINAÇÃO.

Relatório

Em exame, as contas prestadas pela **Prefeitura do Município de Araçariguama**, relativas ao exercício de 2020, que foram objeto de



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

acompanhamento quadrimestral pela Unidade Regional de Sorocaba – UR 9, conforme relatórios consignados nos eventos 24 e 54.

Nos respectivos relatórios constam os resultados da verificação dos itens selecionados pela relevância, histórico, materialidade e outros fatores que determinaram sua inclusão nos períodos analisados.

O responsável teve ciência dos apontamentos sem a necessidade de apresentação de justificativas, mas somente com o intuito de adotar providências dentro do próprio exercício, possibilitando a correção de eventuais falhas, resultando numa melhoria das contas apresentadas.

Registre-se que o município decretou estado de calamidade pública decorrente da pandemia do COVID 19, reconhecida pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. A fiscalização também procedeu ao acompanhamento específico dos atos, receitas e despesas destinados ao seu enfrentamento durante o período, nos termos delineados pelo Comunicado SDG nº 18/2020, cujos resultados constaram dos autos do processo TC-14818.989.20 e serviram de subsídio à análise das contas.

No relatório final (ev. 78), as falhas que se destacaram foram as seguintes:

Controle Interno

- relatórios emitidos intempestivamente, impedindo a adoção de medidas corretivas durante o exercício;
- ausência de elaboração do relatório do último quadrimestre de 2020;

Resultado Da Execução Orçamentária

- déficit orçamentário.

Gestão De Enfrentamento Da Pandemia Causada Pela COVID-19

- ausência de informações atualizadas no Portal da Transparência Municipal, prejudicando a análise simultânea da Fiscalização; divergência nas informações transmitidas;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Resultados Financeiro, Econômico E Saldo Patrimonial

- aumento do déficit financeiro; ausência de liquidez para a dívida de curto prazo e divergências na contabilização na dívida de longo prazo.

Precatórios

- ausência de depósitos no exercício; divergências na contabilização; e pagamento dos requisitórios de baixa monta insuficiente.

Encargos

- ausência de recolhimento de contribuições previdenciárias ao RPPS; atrasos nos recolhimentos dos encargos (INSS e RPPS); não comprovação de repasse ao RPPS das contribuições previdenciárias recolhidas dos servidores efetivos; ausência de Certificado de Regularidade Previdenciária; ausência de pagamento dos acordos junto ao RPPS e ao RGPS;

Demais Aspectos Sobre Recursos Humanos

- cargo em comissão desprovido das características da espécie;
- informações não remetidas ao Sistema AUDESP – Fase III;
- contratações excessivas não justificadas; contratação injustificada de agentes de vetores;

Dívida Ativa

- ausência de efetividade na atuação fiscalizatória do município;

Transporte Coletivo Municipal

- serviços contratados mediante sucessivas dispensas emergenciais de licitação.

Ordem Cronológica De Pagamentos

- inobservância da ordem cronológica das exigibilidades e atraso em pagamento de fornecedor;

Ensino

- falta de atendimento no Ensino Infantil (berçário); não observância do piso nacional do magistério; falta de implantação do serviço de psicologia educacional e de serviço social na rede pública escolar; não atingimento de meta do IDEB;

IEGM

- Inadequações que comprometem o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU.

Lei de Acesso à Informação e a Lei da Transparência Fiscal

- Portal da transparência sem atualização periódica das informações;

Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal

- inobservância à Lei Orgânica e Instruções deste Tribunal e de recomendações exaradas em exercícios anteriores relacionadas ao controle interno, IEGM, pessoal, encargos e dívida ativa.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Após regular notificação (ev. 91) e de prazo dilatado a pedido (ev.113), vieram aos autos alegações de defesa e documentos (ev. 121).

A ATJ (ev. 135), o **Ministério Público de Contas** (ev. 146) e a **Secretaria-Diretoria Geral** (ev. 157) entendem que as falhas reveladas nos autos, especialmente aquelas indicadas na análise da execução orçamentária, precatórios e encargos sociais comprometem os demonstrativos em exame, concluindo pela emissão do **parecer desfavorável** à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Araçariguama, relativas ao exercício de 2020, sem prejuízo das advertências e recomendações pertinentes.

Subsidiou o exame dos autos o expediente TC 024584.989.20 em que a empresa MRRC LICITAÇÕES E SERVIÇOS LTDA. comunica hipotética inadimplência por parte da PREFEITURA DE ARAÇARIGUAMA, referente ao Contrato nº 27/2020 (originado do Pregão Eletrônico nº 008/2020), firmado em 27/08/2020, para aquisição de veículo, no valor de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), entregue pela interessada (NF-e nº 000.000.048 Série 001, de 21/09/2020).

A fiscalização registrou o atraso no pagamento, consoante item específico no laudo de fiscalização (Ordem Cronológica de Pagamentos).

Conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP, do Ministério da Educação, a situação operacional da educação no Município em exame é retratada nas Tabelas abaixo:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

C.M.A.
FL. N.º 18

IDEB - Índice Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica

	Nota Obtida						Metas						
	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	5,0	4,4	5,6	5,8	6,3	6,3	4,7	5,1	5,3	5,6	5,9	6,1	6,4
Anos Finais	NM	NM	NM	NM	NM	NM	NM	NM	NM	NM	NM	NM	NM

NM = Não municipalizado

Fonte: INEP

Dados da Educação

	Alunos matriculados		Gasto em Educação	
	2019	2020	2019	2020
Araçatiguama	4.237	4.232	R\$ 41.306.159,91	R\$ 37.356.687,15
Região Administrativa de Sorocaba	276.724	280.288	R\$ 2.604.871.778,63	R\$ 2.373.069.571,40
<<644 municípios>>	3.223.365	3.197.415	R\$ 34.574.785.219,62	R\$ 33.042.679.669,64

	Gasto anual por aluno	
	2019	2020
Araçatiguama	R\$ 9.748,92	R\$ 8.827,19
Região Administrativa de Sorocaba	R\$ 9.413,25	R\$ 8.466,54
<<644 municípios>>	R\$ 10.726,30	R\$ 10.334,19

Fonte: Censo Escolar / AUDESP

A situação operacional da saúde no Município apresenta-se na seguinte conformidade:

Dados da Saúde

	Habitantes		Gasto em Saúde	
	2019	2020	2019	2020
Araçatiguama	22.364	22.860	R\$ 27.506.774,19	R\$ 31.038.410,26
Região Administrativa de Sorocaba	2.618.755	2.646.523	R\$ 2.171.496.384,55	R\$ 2.502.003.010,51
<<644 municípios>>	33.667.026	33.964.101	R\$ 31.399.562.984,99	R\$ 35.900.787.791,18

	Gasto anual por habitante	
	2019	2020
Araçatiguama	R\$ 1.229,96	R\$ 1.357,76
Região Administrativa de Sorocaba	R\$ 829,21	R\$ 945,39
<<644 municípios>>	R\$ 932,65	R\$ 1.057,02

Fonte: Censo Escolar / AUDESP

O Município possui a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M):

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO**Dados do IEGM**

Faixas de Resultado	IEGM	i-Educ	i-Saúde	i-Planejamento	i-Fiscal	i-Amb	i-Cidade	i-Gov TI
2014	B	B+	B	C	B	C	B+	C
2015	C+	B	B	C	B	C	A	C
2016	C+	B	B	C	B	C	A	C
2017	C	C+	C	C	C+	C	B+	B
2018	C	C	B	C	C	C	B	B
2019	C	C	C	C	C+	C	C	C
2020	C	B	C	C	C	C	C	C

Contas anteriores:

2019 TC 004717.989.19 desfavorável¹
2018 TC 004376.989.18 desfavorável²
2017 TC 006619.989.16 desfavorável³

É o relatório.

rcbnm

¹ D.O.E. em 30/11/2021

² D.O.E. em 01/07/2020

³ D.O.E. em 12/09/2019

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO**Voto**

TC-003065.989.20-4

A instrução dos autos demonstra que o município de Araçariguama cumpriu os mandamentos constitucionais e legais concernentes à realização de despesas com o ensino (artigo 212 da Constituição Federal); na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica - FUNDEB (artigo 60, inciso XII do ADCT); com a saúde (artigo 7º da Lei nº 141/12); e com pessoal (artigo 20, inciso III, letra "b" da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Entretanto, apesar desses aspectos positivos, não há como discordar daqueles que se manifestaram no feito de que a instrução processual revela irregularidades graves a impedir a emissão de parecer favorável.

Destaque-se, a princípio, as questões de ordem orçamentária e financeira, na medida em que a Prefeitura deixou de observar as regras de responsabilidade fiscal.

O município apresentou déficit orçamentário de R\$ 2.647.455,81, correspondente a 2,46% da receita arrecadada, o que elevou em 7,05% o déficit financeiro vindo do exercício anterior (de R\$ 16.507.945,39 para R\$ 17.672.469,44) implicando, por conseguinte, em comprometimento tanto à atual como à futura agenda de programas governamentais, já que esse valor corresponde a praticamente dois meses da RCL.

Por consequência, houve redução do resultado econômico; elevação da dívida ativa e de longo prazo, além do que a Prefeitura não possuía disponibilidade financeira para sua dívida de curto prazo, pois para cada 1,00 real de dívida possuía somente R\$ 0,37 centavos de disponibilidade financeira.

Cabe registrar que, embora a administração tenha decretado estado de calamidade pública por conta da pandemia COVID-19, a fiscalização anotou que os recursos estaduais e federais recebidos foram superiores às

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

despesas empenhadas, revelando que tais gastos não influenciaram no resultado orçamentário deficitário.

Tudo isso demonstra, portanto, a ausência de rigoroso acompanhamento da gestão orçamentária e impõe a conclusão de que o Município não deu cumprimento ao artigo 1º, §1º, da LRF. A situação ainda se agrava tendo em vista que este Tribunal emitiu 7 (sete) alertas ao Poder Executivo sobre o descompasso entre receitas e despesas e nenhuma providência eficaz foi adotada, nem sequer houve o contingenciamento das despesas, como determina o artigo 9º da mesma Lei Fiscal.

A corroborar a precária situação econômico-financeira municipal, tem-se as inadequações relacionadas aos encargos sociais e precatórios.

Sobre o primeiro ponto, a fiscalização registrou pagamentos em atraso dos encargos devidos ao INSS referentes aos meses 1/2020, 3/2020, 4/2020, 7/2020, 9/2020 a 12/2020 e 13º/2020, ensejando a incidência de juros e multas e, em relação ao Regime Próprio de Previdência Social, destacou o constante atraso nos pagamentos de contribuições pela Prefeitura Municipal, verificando-se que há pendências de recolhimentos relativos a exercícios anteriores, 2019 e 2020 (contribuições patronais), bem como em relação à alíquota suplementar, num total de R\$ 10.395.300,12, permanecendo pendentes de pagamento até a data do encerramento do exercício ora analisado.

Demais disso, a Origem não conseguiu demonstrar o recolhimento integral das contribuições funcionais descontadas dos servidores efetivos no exercício de 2020, devidas ao RPPS, perfazendo um débito de R\$ 550.023,41. E o Município não dispõe do Certificado de Regularidade Previdenciária.

No caso dos precatórios, a equipe técnica constatou que, embora a contabilidade da Prefeitura indique o pagamento de parte dos precatórios vencidos em 2020, tal informação é inconsistente com as respostas fornecidas



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

pelo Departamento Jurídico do Executivo, indicando a ausência de pagamento dos débitos no exercício em exame. Ademais, os documentos emitidos pela Diretoria de Execuções de Precatórios e Cálculos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (DEPRE/TJSP) demonstram que não houve qualquer depósito em 2020, e os realizados em 2021 (Documento 11) foram usados para pagamento parcial dos débitos vencidos em 2020.

Os valores lançados no quadro de fls.12 do relatório de fiscalização foram extraídos das informações prestadas pelo Setor Contábil da Origem (Documento 10), porém, divergem do atestado pelo Secretaria de Assuntos Jurídicos da Municipalidade, denotando ausência de controle e fidedignidade dos dados das dívidas judiciais da Prefeitura.

Além de tudo isso, existe a falta de liquidação dos requisitórios de pequeno valor. Foi constatado um saldo devedor ao final do exercício, no valor de R\$ 13.927,28, contabilizados em 30/11/2020.

A avaliação do IEG-M, tal qual ocorreu no exercício anterior, também refletiu o desequilíbrio das contas, posto que a maioria dos setores avaliados obtiveram a nota mínima segundo os critérios adotados por este Tribunal, o que agrava o quadro de desequilíbrio na gestão.

No mais, a instrução dos autos demonstrou repasses de duodécimos à Câmara Municipal de acordo com o previsto no artigo 29-A da Constituição Federal e pagamento dos subsídios em consonância com os limites legais.

As questões remanescentes, ainda que mereçam advertências para sua regularização, não apresentam gravidade suficiente para macular a totalidade dos presentes demonstrativos.

Por todo o exposto, na companhia dos órgãos que se manifestaram no feito, meu voto é pela emissão de parecer **desfavorável** à aprovação das



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

contas prestadas pela **Prefeitura Municipal de Araçariguama**, relativas ao exercício de 2020, exceção feita aos atos porventura pendentes de apreciação por este Tribunal.

À margem do parecer, deve o cartório oficial o Poder Executivo determinando-lhe que:

- regularize o sistema de controle interno;
- aprimore seu sistema de cobrança da dívida ativa, em atenção aos artigos 13 e 58 da LRF e, ainda, ao Comunicado SDG nº 23/2013, sob o risco de, assim não procedendo, configurar negligência na arrecadação de tributos, sujeitando o Gestor Municipal ao disposto no artigo 10, inciso X, da Lei nº 8.429/1992;
- efetue regularmente os recolhimentos dos encargos sociais, abstendo-se de celebrar novos parcelamentos e cumprindo pontualmente os acordos já firmados, bem como para que promova rigoroso contingenciamento de despesas, com vistas a suportar a quitação dos referidos débitos;
- promova a adequação dos cargos impugnados pela fiscalização às normas legais e constitucionais, como também observe a orientação traçada no Comunicado SDG nº 32/15,
- corrija as diversas impropriedades apontadas nos indicadores IEGM, garantindo assim maior efetividade dos serviços prestados pela Administração;
- proceda com maior rigor nos registros contábeis, em respeito aos princípios da transparência (art. 1º, § 1º, da LRF) e da evidenciação contábil (art. 83, da Lei nº 4.320/1964);
- dê ampla divulgação, no site da Prefeitura, às informações e aos demonstrativos exigidos pela Lei de Acesso à Informação e à Lei da Transparência Fiscal;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

- alimente o Sistema AUDESP com dados fidedignos, atendendo aos princípios da transparência e da evidenciação contábil (art. 1º da LRF e art. 83 da Lei 4.320/1964);
- aprimore os controles da ordem cronológica de pagamentos (OCP) da administração municipal;
- promova medidas de retenção de gastos com pessoal, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que o índice registrado está acima do limite prudencial de 90% previsto no artigo 59, § 1º, inciso II, da LRF;
- promova as melhorias e correções necessárias a fim de atingir as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estabelecidas pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU; e
- cumpra integralmente as Instruções e recomendações exaradas pela Corte de Contas.

Arquivem-se definitivamente eventuais expedientes eletrônicos referenciados. Fica também autorizado o arquivamento, quando oportuno, deste processo.

É como voto.

Acompanham: TC-003567/126/12, TC-003493/026/12, TC-003486/026/12, TC-003499/026/12, TC-003492/026/12, TC-003500/026/12, TC-003481/026/12, TC-003496/026/12, TC-003485/026/12, TC-003482/026/12, TC-003488/026/12, TC-003501/026/12, TC-003484/026/12, TC-003479/026/12, TC-003491/026/12, TC-003495/026/12, TC-003487/026/12, TC-003497/026/12, TC-003494/026/12, TC-003483/026/12, TC-003490/026/12, TC-003478/026/12, TC-003490/026/12, TC-003480/026/12, TC-003488/026/12, TC-003567/126/12, TC-011542/026/12, TC-003491/026/12, TC-003496/026/12, TC-003485/026/12, TC-008782/026/12, TC-000862/003/12, TC-002390/026/12, TC-003957/026/12 e TC-009390/026/12.

Procuradora de Contas: Renata Constante Castari.
Procurador da Fazenda: Carim José Fêres.
Fiscalização atual: GDF-7.
Sustentação oral proferida em sessão de 20-03-19.
EMENTA: RECURSOS ORDINÁRIOS. BALANÇO GERAL. UNIVERSIDADE ESTADUAL. GASTOS COM PESSOAL ACIMA DE LIMITE NORMATIVO. EVASÃO DE RECEITAS PRÓPRIAS. QUESTÃO AMBIENTAL DE NATUREZA GRAVE. EXTRAPOLAÇÃO DO TETO REMUNERATÓRIO RELEVADA. IREGULARIDADE DO BALANÇO MANTIDA. MULTA CANCELADA. PROVIMENTO PARCIAL.

1. Considerando-se o regime de competência assim como o de caixa, os gastos com pessoal alcançaram, respectivamente, 86,3% e 95,5% dos valores liberados pelo Tesouro do Estado, superando o limite de 75% recomendado pelo Decreto Estadual nº 7.290/2016, caracteriza evasão de receitas próprias.

2. O não recebimento, por universidade estadual, das taxas institucionais incidentes sobre projetos executados por suas fundações, por força da Resolução nº 4.543/98, alterada pela Resolução nº 7.290/2016, caracteriza evasão de receitas próprias.

3. Contaminação do solo de campus universitário, agravada pela ausência de adoção de medidas administrativas suficientes para equacionar o problema, viola os princípios reitores do direito ambiental e contribui para reprovação das contas.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

4. Recursos providos parcialmente.

(OAB/SP nº 109.013), Amarilis de Barros Fagundes de Moraes (OAB/SP nº 40.874), Michel Braz de Oliveira (OAB/SP nº 235.072), Hívio Karam Azeiteiro (OAB/SP nº 276.934), Vital dos Santos Prado (OAB/SP nº 37.606), Ana Lucia Mazzuca Drabovich (OAB/SP nº 241.372), Márcia Betania Lizzarelli Lourenço (OAB/SP nº 123.387), Alexandra Leonello Granado (OAB/SP nº 175.525) e outros.

Procurador da Fazenda: Denis Dela Vedova Gomes.

Fiscalização atual: GDF-2.

Sustentação oral proferida em sessão de 16-03-22.

EMENTA: RECURSOS ORDINÁRIOS. CONTRATO. LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. ATTESTADOS OPERACIONAIS E CAT. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NA ÉPOCA DA CONTRATAÇÃO. FALHA AFASTADA. AUSÊNCIA DE ORÇAMENTO ESTIMATIVO DETALHADO EM PLANILHAS COM CUSTOS UNITÁRIOS, EXIGIDO Pelo ART 7º, §2º, II, DA LEI Nº 8.666/93. UTILIZAÇÃO DE BDI PARA ELEMENTOS MENSURÁVEIS. IREGULARIDADE MANTIDA. MULTAS BEM APLICADAS. COM AMPARO NO ART 104, II, DA LCE Nº 709/93. DESPROVIMENTO.

1. Vistos, relatados e discutidos os autos. ACORDA o E. Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 06 de abril de 2022, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Antonio Roque Citadini, Renato Martins Costa, Robson Marinho e Cristiana de Castro Moraes e o Conselheiro Substituto José Romero, preliminarmente conhecer dos Recursos Ordinários e, quanto ao mérito, ante o exposto no voto do Relator, juntado aos autos, negar-lhes provimento, afastando das razões de decidir a falta de conhecimento à qualificação técnica das licitantes, mantendo-se, no mais, o teor do aresto hostilizado, notadamente a conclusão pela irregularidade da material e a imposição de multa aos responsáveis pelos atos em apreço. Presente o Procurador-Chefe da Fazenda do Estado, Dr. Luiz Menezes Neto. Presente o Procurador-Geral do Ministério Público do Estado, Dr. Thiago Pinheiro Lima.

Publicou-se.

São Paulo, 25 de abril de 2022.

DIMAS RAMALHO

PRESIDENTE

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

RELATOR

A C O R D A O

RECURSO ORDINÁRIO

TC-021942/026/10

Recorrentes: Prefeitura Municipal de Cajamar e Lituca Limpeza e Engenharia Ltda.

Assunto: Contrato ante a Prefeitura Municipal de Cajamar e Lituca Limpeza e Engenharia Ltda., objetivando a prestação de serviços de limpeza mecanizada com máquina portátil, capinação manual, limpeza e conservação de áreas verdes, poda de árvores e tratamento fitossanitário, limpeza e desinfecção de caixas d'água e reservatórios de água, controle de pragas, remoção e transporte de resíduos oriundos de poda, roçagem e capinação, limpeza predial e serviços correlatos destinados à Diretoria Municipal de Educação, com fornecimento de veículos, equipamentos, máquinas e mão de obra, no valor de R\$9.802.334,04.

Responsável: Daniel Ferreira da Fonseca (Prefeito).

Em Julgamento: Recursos Ordinários interpostos contra acórdão da E. Segunda Câmara, publicado no D.O.E. de 08-11-13, que julgou irregulares o

pregão presencial e o contrato, e ilegais as despesas decorrentes, acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVI, da Lei Complementar nº 709/93 e aplicando multa no valor de 200 Ufpeis ao responsável, nos termos do artigo 104, inciso II, do mesmo Diploma Legal.

Advogados: Rafael Gonçalves Villela (OAB/SP nº 264.600), Vanessa Gomes (OAB/SP nº 148.483) e outros.

Procurador de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

Fiscalização atual: GDF-9.

EMENTA: RECURSOS ORDINÁRIOS. CONTRATO. LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL. ART. 3º, III, DA LEI Nº 10.520/02. ORÇAMENTO ESTIMATIVO. AUSÊNCIA DE PARÂMETROS PARA OS VALORES ESTIPULADOS. NÃO PROVIMENTO.

1. Vistos, relatados e discutidos os autos. ACORDA o E. Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 16 de março de 2022, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Edgar Camargo Rodrigues, Renato Martins Costa, Robson Marinho e Cristiana de Castro Moraes e o Conselheiro Substituto Silvana Moreira, preliminarmente conhecer dos Recursos Ordinários e, quanto ao mérito, ante o exposto no voto do Relator, juntado aos autos, negar-lhes provimento, mantendo-se, na íntegra, a decisão hostilizada. Presente o Procurador-Geral do Ministério Público do Estado, Dr. Thiago Pinheiro Lima.

Publicou-se.

São Paulo, 25 de abril de 2022.

DIMAS RAMALHO

PRESIDENTE

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

RELATOR

A C O R D A O

RECURSO ORDINÁRIO

TC-01121026/09

Recorrentes: Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô, Sérgio Costa Brás, Conrado Grava de Souza – Ex-Diretores do Metrô e Consórcio FK Fieles Ferroviários.

Assunto: Contrato ante a Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô e Consórcio FK Fieles Ferroviários (composto pelas empresas Faveley Transport do Brasil S/A, Rono Bremse Sistemas para Veículos Ferroviários Ltda. e FVL Rodoferrviário e Fricção Ltda.), objetivando a prestação de serviços com fornecimento e instalação de material para substituição do sistema de comando de frenagem por sistema de antidive e amortecedores, antiderapagem, com controle microprocessado e substituição de reservatórios de ar comprimido para os trens das linhas 1 – azul e 3 – vermelha do Metrô, no valor de R\$81.236.926,10 – azul e 3 – vermelha do Metrô, no valor de R\$81.236.926,10.

Responsáveis: Sérgio Corrêa Santos, Conrado Grava de Souza, Mário Fioratti Júnior (Diretores do Metrô), Walter Barreiros de Castro Filho, Milton Glória Junior e Antônio Márcio Barreiros Silva (Gerentes do Metrô).

Em Julgamento: Recursos Ordinários interpostos contra acórdão da E. Segunda Câmara, publicado no D.O.E. de 28-05-19, que julgou irregulares a concorrência, o contrato e os termos examinados, acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVI, da Lei Complementar nº 709/93 e aplicando multa individual no valor de 160 Ufpeis aos responsáveis Sérgio Corrêa Brás e Conrado Grava de Souza, nos termos do artigo 104, inciso II, do mesmo Diploma Legal.

Advogados: Ruy Pereira Camilo Junior (OAB/SP nº 111.471), Janaina Schoenmaker (OAB/SP nº 203.665), Tadeu Alvarez Teles (OAB/SP nº 302.322), Carlos Alberto Candian (OAB/SP nº 123.667), Eduardo Leandro de Queiroz e Souza

(OAB/SP nº 109.013), Amarilis de Barros Fagundes de Moraes (OAB/SP nº 40.874), Michel Braz de Oliveira (OAB/SP nº 235.072), Hívio Karam Azeiteiro (OAB/SP nº 276.934), Vital dos Santos Prado (OAB/SP nº 37.606), Ana Lucia Mazzuca Drabovich (OAB/SP nº 241.372), Márcia Betania Lizzarelli Lourenço (OAB/SP nº 123.387), Alexandra Leonello Granado (OAB/SP nº 175.525) e outros.

Procurador da Fazenda: Denis Dela Vedova Gomes.

Fiscalização atual: GDF-2.

Sustentação oral proferida em sessão de 16-03-22.

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO. CONTRATO. LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. ATTESTADOS OPERACIONAIS E CAT. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NA ÉPOCA DA CONTRATAÇÃO. FALHA AFASTADA. AUSÊNCIA DE ORÇAMENTO ESTIMATIVO DETALHADO EM PLANILHAS COM CUSTOS UNITÁRIOS, EXIGIDO Pelo ART 7º, §2º, II, DA LEI Nº 8.666/93. UTILIZAÇÃO DE BDI PARA ELEMENTOS MENSURÁVEIS. IREGULARIDADE MANTIDA. MULTAS BEM APLICADAS. COM AMPARO NO ART 104, II, DA LCE Nº 709/93. DESPROVIMENTO.

1. Vistos, relatados e discutidos os autos. ACORDA o E. Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 06 de abril de 2022, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Antonio Roque Citadini, Renato Martins Costa, Robson Marinho e Cristiana de Castro Moraes e o Conselheiro Substituto José Romero, preliminarmente conhecer dos Recursos Ordinários e, quanto ao mérito, ante o exposto no voto do Relator, juntado aos autos, negar-lhes provimento, mantendo-se, na íntegra, a decisão hostilizada. Presente o Procurador-Geral do Ministério Público do Estado, Dr. Thiago Pinheiro Lima.

Publicou-se.

São Paulo, 25 de abril de 2022.

DIMAS RAMALHO

PRESIDENTE

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

RELATOR

A C O R D A O

RECURSO ORDINÁRIO

TC-01121026/09

Recorrentes: Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô, Sérgio Costa Brás, Conrado Grava de Souza – Ex-Diretores do Metrô e Consórcio FK Fieles Ferroviários.

Assunto: Contrato ante a Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô e Consórcio FK Fieles Ferroviários (composto pelas empresas Faveley Transport do Brasil S/A, Rono Bremse Sistemas para Veículos Ferroviários Ltda. e FVL Rodoferrviário e Fricção Ltda.), objetivando a prestação de serviços com fornecimento e instalação de material para substituição do sistema de comando de frenagem por sistema de antidive e amortecedores, antiderapagem, com controle microprocessado e substituição de reservatórios de ar comprimido para os trens das linhas 1 – azul e 3 – vermelha do Metrô, no valor de R\$81.236.926,10 – azul e 3 – vermelha do Metrô, no valor de R\$81.236.926,10.

Responsáveis: Sérgio Corrêa Santos, Conrado Grava de Souza, Mário Fioratti Júnior (Diretores do Metrô), Walter Barreiros de Castro Filho, Milton Glória Junior e Antônio Márcio Barreiros Silva (Gerentes do Metrô).

Em Julgamento: Recursos Ordinários interpostos contra acórdão da E. Segunda Câmara, publicado no D.O.E. de 28-05-19, que julgou irregulares a concorrência, o contrato e os termos examinados, acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVI, da Lei Complementar nº 709/93 e aplicando multa individual no valor de 160 Ufpeis aos responsáveis Sérgio Corrêa Brás e Conrado Grava de Souza, nos termos do artigo 104, inciso II, do mesmo Diploma Legal.

Advogados: Ruy Pereira Camilo Junior (OAB/SP nº 111.471), Janaina Schoenmaker (OAB/SP nº 203.665), Tadeu Alvarez Teles (OAB/SP nº 302.322), Carlos Alberto Candian (OAB/SP nº 123.667), Eduardo Leandro de Queiroz e Souza

(OAB/SP nº 109.013), Amarilis de Barros Fagundes de Moraes (OAB/SP nº 40.874), Michel Braz de Oliveira (OAB/SP nº 235.072), Hívio Karam Azeiteiro (OAB/SP nº 276.934), Vital dos Santos Prado (OAB/SP nº 37.606), Ana Lucia Mazzuca Drabovich (OAB/SP nº 241.372), Márcia Betania Lizzarelli Lourenço (OAB/SP nº 123.387), Alexandra Leonello Granado (OAB/SP nº 175.525) e outros.

Procurador da Fazenda: Denis Dela Vedova Gomes.

Fiscalização atual: GDF-2.

Sustentação oral proferida em sessão de 16-03-22.

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO. CONTRATO. LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. ATTESTADOS OPERACIONAIS E CAT. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NA ÉPOCA DA CONTRATAÇÃO. FALHA AFASTADA. AUSÊNCIA DE ORÇAMENTO ESTIMATIVO DETALHADO EM PLANILHAS COM CUSTOS UNITÁRIOS, EXIGIDO Pelo ART 7º, §2º, II, DA LEI Nº 8.666/93. UTILIZAÇÃO DE BDI PARA ELEMENTOS MENSURÁVEIS. IREGULARIDADE MANTIDA. MULTAS BEM APLICADAS. COM AMPARO NO ART 104, II, DA LCE Nº 709/93. DESPROVIMENTO.

1. Vistos, relatados e discutidos os autos. ACORDA o E. Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 06 de abril de 2022, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Antonio Roque Citadini, Renato Martins Costa, Robson Marinho e Cristiana de Castro Moraes e o Conselheiro Substituto José Romero, preliminarmente conhecer dos Recursos Ordinários e, quanto ao mérito, ante o exposto no voto do Relator, juntado aos autos, negar-lhes provimento, mantendo-se, na íntegra, a decisão hostilizada. Presente o Procurador-Geral do Ministério Público do Estado, Dr. Thiago Pinheiro Lima.

Publicou-se.

São Paulo, 25 de abril de 2022.

DIMAS RAMALHO

PRESIDENTE

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

RELATOR

A C O R D A O

RECURSO ORDINÁRIO

TC-01121026/09

Recorrentes: Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô, Sérgio Costa Brás, Conrado Grava de Souza – Ex-Diretores do Metrô e Consórcio FK Fieles Ferroviários.

Assunto: Contrato ante a Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô e Consórcio FK Fieles Ferroviários (composto pelas empresas Faveley Transport do Brasil S/A, Rono Bremse Sistemas para Veículos Ferroviários Ltda. e FVL Rodoferrviário e Fricção Ltda.), objetivando a prestação de serviços com fornecimento e instalação de material para substituição do sistema de comando de frenagem por sistema de antidive e amortecedores, antiderapagem, com controle microprocessado e substituição de reservatórios de ar comprimido para os trens das linhas 1 – azul e 3 – vermelha do Metrô, no valor de R\$81.236.926,10 – azul e 3 – vermelha do Metrô, no valor de R\$81.236.926,10.

Responsáveis: Sérgio Corrêa Santos, Conrado Grava de Souza, Mário Fioratti Júnior (Diretores do Metrô), Walter Barreiros de Castro Filho, Milton Glória Junior e Antônio Márcio Barreiros Silva (Gerentes do Metrô).

Em Julgamento: Recursos Ordinários interpostos contra acórdão da E. Segunda Câmara, publicado no D.O.E. de 28-05-19, que julgou irregulares a concorrência, o contrato e os termos examinados, acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVI, da Lei Complementar nº 709/93 e aplicando multa individual no valor de 160 Ufpeis aos responsáveis Sérgio Corrêa Brás e Conrado Grava de Souza, nos termos do artigo 104, inciso II, do mesmo Diploma Legal.

Advogados: Ruy Pereira Camilo Junior (OAB/SP nº 111.471), Janaina Schoenmaker (OAB/SP nº 203.665), Tadeu Alvarez Teles (OAB/SP nº 302.322), Carlos Alberto Candian (OAB/SP nº 123.667), Eduardo Leandro de Queiroz e Souza

(OAB/SP nº 109.013), Amarilis de Barros Fagundes de Moraes (OAB/SP nº 40.874), Michel Braz de Oliveira (OAB/SP nº 235.072), Hívio Karam Azeiteiro (OAB/SP nº 276.934), Vital dos Santos Prado (OAB/SP nº 37.606), Ana Lucia Mazzuca Drabovich (OAB/SP nº 241.372), Márcia Betania Lizzarelli Lourenço (OAB/SP nº 123.387), Alexandra Leonello Granado (OAB/SP nº 175.525) e outros.

Procurador da Fazenda: Denis Dela Vedova Gomes.

Fiscalização atual: GDF-2.

Sustentação oral proferida em sessão de 16-03-22.

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO. CONTRATO. LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. ATTESTADOS OPERACIONAIS E CAT. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NA ÉPOCA DA CONTRATAÇÃO. FALHA AFASTADA. AUSÊNCIA DE ORÇAMENTO ESTIMATIVO DETALHADO EM PLANILHAS COM CUSTOS UNITÁRIOS, EXIGIDO Pelo ART 7º, §2º, II, DA LEI Nº 8.666/93. UTILIZAÇÃO DE BDI PARA ELEMENTOS MENSURÁVEIS. IREGULARIDADE MANTIDA. MULTAS BEM APLICADAS. COM AMPARO NO ART 104, II, DA LCE Nº 709/93. DESPROVIMENTO.

1. Vistos, relatados e discutidos os autos. ACORDA o E. Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 06 de abril de 2022, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Antonio Roque Citadini, Renato Martins Costa, Robson Marinho e Cristiana de Castro Moraes e o Conselheiro Substituto José Romero, preliminarmente conhecer dos Recursos Ordinários e, quanto ao mérito, ante o exposto no voto do Relator, juntado aos autos, negar-lhes provimento, mantendo-se, na íntegra, a decisão hostilizada. Presente o Procurador-Geral do Ministério Público do Estado, Dr. Thiago Pinheiro Lima.

Publicou-se.

São Paulo, 25 de abril de 2022.

DIMAS RAMALHO

PRESIDENTE

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

RELATOR

A C O R D A O

RECURSO ORDINÁRIO

TC-01121026/09

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO.

PROCESSO: 00007766.989.21-4. REQUERENTE/SOLICITANTE: FERNANDES CESAR NUNES (CPF: 648.731.201) ADVOGADO: MAXWEL JOSE DA SILVA (OAB/SP 231.982). MENCIONADO(A): CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOLANDA (CNPJ 51.847.465/0001-13). ASSUNTO: Representação em face da Câmara Municipal de Mirassolândia, formulada por Fernando Cesar Torres em 05/03/2021, relativa a possíveis irregularidades no processo de dispensa de licitação para prestação de serviços de publicações de atos oficiais da Câmara Municipal de Mirassolândia. (P/035326, EXERCÍCIO: 2022).

Ciente da proposta de ev. 44, arquivar-se definitivamente o expediente.

Publique-se e cumpra-se.
PROCESSO: 00015669.989.19-6. REQUERENTE/SOLICITANTE: ADO COMERCIO EIRELI (CNPJ 16.561.827/0001-93) ADVOGADO: EVERTON PEREIRA DE OLIVEIRA (OAB/SP 3395.400). MENCIONADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIQUITIBA (CNPJ 46.523.155/0001-03). ASSUNTO: Trata-se de representação face ao inadimplemento contratual do Município de Juiquitiba. EXERCÍCIO: 2018.

Ciente da proposta de ev. 35 e, considerando que cópia integral do processo relativo às contas municipais de Juiquitiba, exercício de 2019, foi encaminhada à Câmara Municipal local, via sistema Eletrônico de Informações, arquivar-se definitivamente o expediente.

Publique-se e cumpra-se.
PROCESSO: 00010026.989.22-8. CONTRATANTE: COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO - CGA - SECRETARIA DA SAÚDE (CNPJ 46.374.500/0252-60). CONTRATADO(A): SIEMENS HEALTHCARE DIAGNOSTICS LTDA. (CNPJ 01.449.930/0006-02). INTERESSADO(A): ROSALIA BARBARO (CPF: 868-900) NILSON FERRAZ PASCHOA (CPF: 118-20) GEORGIOS PAPANIKOLAOU (CPF: 008-07) RENATO CORTI BRILHO BUSELLI (CPF: 558-66). ASSUNTO: Pregão Eletrônico nº 267/2021. Instalação e garantia de Ressonância Nuclear Magnética, por Ata de Registro de Preços nº 267/2021 (Processo nº SES-PRC-2021/30247), objeto dos Contratos nº 105/2021 e 131/2021 (Processo nº SES-PRC-2021/54580) - Notas de Empenho nº 2021NE02105 E 2021NE02149. EXERCÍCIO: 2022. INSTRUÇÃO POR: DF-08. PROCESSO(S) DEPENDENTE(S): 00010013.989.22-8.

Mantenham-se os autos sobrestados enquanto se aguarda oportunidade adequada para deliberação quanto ao mérito de seu objeto.

Publique-se e cumpra-se.
PROCESSO: 00010026.989.22-8. CONTRATANTE: COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO - CGA - SECRETARIA DA SAÚDE (CNPJ 46.374.500/0252-60). CONTRATADO(A): SIEMENS HEALTHCARE DIAGNOSTICS LTDA. (CNPJ 01.449.930/0006-02). INTERESSADO(A): ROSALIA BARBARO (CPF: 868-900) NILSON FERRAZ PASCHOA (CPF: 118-20) GEORGIOS PAPANIKOLAOU (CPF: 008-07) RENATO CORTI BRILHO BUSELLI (CPF: 558-66). ASSUNTO: Pregão Eletrônico nº 267/2021 - Ata de Registro de Preços nº 267/2021 - Contratos nº 105/2021 e 131/2021 de 30.12.2021 - Processo nº SES-PRC-2021/54580 - OBJETO: Instalação e garantia de Ressonância Nuclear Magnética. EXERCÍCIO: 2022. INSTRUÇÃO POR: DF-08. PROCESSO PRINCIPAL: 10026.989.22-8.

Ciente quanto ao teor do Roteiro de Verificação produzido na DF-08 (ev. 12).

Restituam-se os autos a essa repartição para continuidade do acompanhamento da execução contratual, em periodicidade adequada à conveniência do serviço, a critério do responsável.

Publique-se e cumpra-se.
PROCESSO: 00006962.989.22-1. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIBA (CNPJ 50.122.571/0001-77). CONTRATADO(A): HORA PARK SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO LTDA (CNPJ 01.808.151/0001-33). INTERESSADO(A): JOAO GUALBERTO FATTORI (CPF: 928-68) ANDREA CRUZ (CPF: 048-98). ASSUNTO: Contrato nº 152/2013, Concorrência nº 06/2012. Processo Administrativo nº 06009/2011. Tem como objetivo a outorga de concessão, a título oneroso, da exploração do serviço público de estacionamento rotativo, com implantação, operação e controle técnico dos serviços em vias e logradouros públicos para veículos automotores e similares, através de equipamentos eletrônicos, visando ao aceitação como meio de pagamento mediante circulares e/ou cartão eletrônico, no centro do Município de Itatiba, mediante o pagamento de retribuição ao poder público. Publicação no DO: 26/10/2013. (Cópia do Contrato de Concessão TC nº 2668/00313 - G.C.R.M.). EXERCÍCIO: 2013. INSTRUÇÃO POR: UR-03. PROCESSO(S) DEPENDENTE(S): 00006962.989.22-1.

Conforme previsto nos Comunicados GP nº 33/2021 (DOE de 19/8/2021) e GP nº 22/2022 (DOE de 27/5/2022), o presente processo foi autuado com a íntegra dos autos do TC: 2668/00313 mediante digitalização das respectivas peças no estado em que se encontram – devendo, a partir de agora, tramitar em meio eletrônico sob o nº TC: 9692.989.22-1. Ficam as partes NOTIFICADAS de que os autos do TC: 2668/00313 serão ARQUIVADOS após permanência em cartório pelo prazo de 15 dias, destinados à vista e extração de cópias caso tenham alguma interesse e o manifestem considerando os artigos 5º, parágrafo único, 6º e 8º do Ato GP 7/2022 (DOE de 22/3/2022) e artigos 1º e 2º do Ato GP 10/2022 (DOE de 3/6/2022).

As partes e os respectivos advogados, se ainda não se cadastraram na plataforma eletrônica de andamento processual (e-TCSP), deverão fazê-lo pelos canais competentes (aquí), competindo aos últimos, uma vez cadastrados, requerer habilitação no respectivo processo eletrônico.

Junte-se cópia do Despacho ao TC: 2668/00313.
PROCESSO: 00003065.989.20-4. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACARAÍGIAS (CNPJ 58.993.577/0001-21) ADVOGADO: RENATO DE CASTRO DA SILVA (OAB/SP 302.804) / MARCIA REGINA CARNEIRO (OAB/SP 389.275). INTERESSADO(A): JOAO BATISTA DIMAS CORREA JUNIOR (CPF: 898-68) ADVOGADO: ADRIANO TEODORO (OAB/SP 156.526) / GUSTAVO GOLDONI BARJAN (OAB/SP 625.621). ASSUNTO: Contas de Prefeitura - Exercício de 2020. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-09. PROCESSO(S) DEPENDENTE(S): 0001481.989.20-6. PROCESSO(S) REFERENCIADO(S): 00024584.989.20-6.

JOÃO BATISTA DIMAS CORREA JUNIOR, qualificado nos autos, embora de declaração (ev. 184) o Parecer de ev. 176 emitido pela 1ª Seguinte Câmara.

Aléga que "deixou o [sic] o acórdão de se manifestar quanto às justificativas apresentadas no item 95 dos presentes autos."

A petição não admite sequer processamento, pois sua forma não atende àquela tornada pública pelo Comunicado GP nº 3/2013 (DOE - Caderno do Poder Legislativo de 18/9/2013).

Malgrado essa conclusão, cabe observar que no ev. 95 dos autos não constam justificativas, mas apenas pedido de habilitação de advogado.

As justificativas apareceram no ev. 121.

Referência a eles constam de todos atos posteriores a tal evento, incluindo o Voto do relator (v. evs. 135, 146, 157 e 169).

Fosse isso insuficiente, não se há de olvidar que o art. 70, "caput", da Lei Complementar estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1991, estabelece ser o pedido de recursos o único recurso cabível ante "parecer prévio, emitido sobre as contas do Governador ou sobre a prestação anual de contas da administração financeira das Municípios".

Ante as circunstâncias expostas acima, determino a invalidação do ev. 184, esclarecendo que o prazo para interposição do recurso cabível, cujo termo final está previsto para 20 de julho de 2022, não foi nem será suspenso ou interrompido, consoante preceito derivado nos autos do PC. 22895.989.20-6.

Publique-se e a guarde-se o transcurso integral do prazo recursal.

DESPACHOS DA CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES

DESPACHOS DA CONSELHEIRA CRISTIANA DE CASTRO MORAES
Proc-TC-6351.989.20-7-Interessada: Câmara Municipal de Santa Isabel.Responsável: Luiz Carlos Alves Dias.Período: 01.01.2021 a 31.12.2021.Procuradores: Dr. Caio Costa e Paula, (OAB/SP nº 234.329) e Dra. Patrícia Guimarães Xavier, (OAB/SP nº 244.418).Assunto: Contas do exercício de 2021.Em Exame: Requerimento de prorrogação de prazo formulado pela Câmara Municipal de Santa Isabel, por sua procuradora, Dra. Patrícia Guimarães Xavier, (OAB/SP nº 244.418), conforme evento nº 85.Defiro o prazo requerido, de 15 (quinze) dias, a partir da publicação do presente, em atendimento ao solicitado no evento nº 85.

Publique-se.
Proc-TC-6596.989.20-2-Interessada: Câmara Municipal de São José do Rio Pardo.Responsável: Rafael Castro Kocián. Período: 01.01.2021 a 13.06.2021, 28.06.2021 a 29.11.2021, 31.11.2021 a 31.12.2021.Responsável: Lucia Helena Libanio da Cruz.Período: 14.06.2021 a 28.06.2021 e 30.11.2021.Assunto: Contas do exercício de 2021.O processo TC-6596.989.20-2, trata da prestação anual de contas da Câmara Municipal de São José do Rio Pardo, relativas ao exercício de 2021.Tendo em vista as conclusões constantes no relatório de fiscalização elaborado pela Unidade Regional de Mogi Guaçu – UR-19, evento nº 45, e o que dispõe o artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, c.c. o artigo 194 do Regimento Interno desta Câmara Municipal, fica notificado o responsável acima referido, para que tome conhecimento dos termos do relatório da Fiscalização e, observado o prazo de 15 (quinze) dias, apresentem as alegações que entender pertinentes.

Publique-se.
Proc-TC-6635.989.20-5-Interessada: Câmara Municipal de Serra Negra.Responsável: Cesar Augusto Oliveira Borboni. Período: 01.01.2021 a 31.12.2021.Assunto: Contas do exercício de 2021.O processo TC-6635.989.20-5, trata da prestação anual de contas da Câmara Municipal de Serra Negra, relativas ao exercício de 2021.Tendo em vista as conclusões constantes no relatório de fiscalização elaborado pela Unidade Regional de Mogi Guaçu – UR-19, evento nº 42, e o que dispõe o artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, c.c. o artigo 194 do Regimento Interno deste Tribunal, fica notificado o responsável acima referido, para que tome conhecimento dos termos do relatório da Fiscalização e, observado o prazo de 15 (quinze) dias, apresente as alegações que entender pertinentes.

Publique-se.
Proc-TC-13453.989.22-0-Representante:BPF Prime Bank Meios de Pagamentos Ltda., por sua advogada Tathia Cunha Andrade (OAB/SP nº 424.842).Representada:Prefeitura Municipal de Nova Odessa.Responsável:Cláudio José Schoeder, Prefeito.Assunto:Representação formulada contra o edital do Pregão Presencial nº 24/2022, Processo Administrativo nº 5249/2022, Requirição nº 47/2022, que objetiva a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento e administração de crédito/auxílio-alimentação e cesta de natal, bem como de auxílio-refeição – quando for o caso – cartões eletrônicos, contra denegações ou fraudes – aos servidores da contratante, que possibilitam a aquisição de gêneros alimentícios através de redes de estabelecimentos credenciados.Trata-se de representação formulada pela empresa BPF Prime Bank Meios de Pagamentos Ltda., contra o edital do Pregão Presencial nº 24/2022, Processo Administrativo nº 5249/2022, Requirição nº 47/2022, que objetiva a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento e administração de crédito/auxílio-alimentação e cesta de natal, bem como de auxílio-refeição – quando for o caso – cartões eletrônicos, contra denegações ou fraudes – aos servidores da contratante, que possibilitam a aquisição de gêneros alimentícios através de redes de estabelecimentos credenciados.Segundo o edital, a sessão de processamento do certame estava marcada para as 09h00 de 13/06/2022. No entanto, em consulta ao Diário Oficial do Estado (edição de hoje, 10/06/2022) - Poder Executivo – Seção 1 – p. 307/111, verificamos que o certame foi suspenso para análise de impugnação admissível.Em linhas gerais, a petição impugnação surge-se contra a permissão de apresentação de taxa de administração negativa (subitem 6.21), a qual entende afrontar o Decreto nº 10.854/2021, bem como a Medida Provisória nº 1108/2022.Diz que a Prefeitura integrante do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) deve cumprir lei federal sobreletas normas, sob pena de sofrer as sanções nela previstas, além perda de benefícios. Ao final, solicita a concessão de medida liminar de suspensão do certame, bem como a correção do edital no ponto criticado: o relatório. Decido. Em caráter preambular, registro que o presente feito foi distribuído por prevenção aos processos nº TC-13380.989.21-0, n.º TC-1761.989.21-3, n.º TC-17413.989.21-1, que trataram de representações contra versões anteriores do presente ato de convocação.Nesse sentido, em Sessão de Plenário, o Plenário desta Corte, acolhendo voto proferido pelo e. Conselheiro Dimas Ramalho, nos autos do TC-13380.989.21-0, julgou porcessões as impugnações nele tecidas, determinando que a Municipalidade adotasse as seguintes medidas corretivas em relação ao procedimento licitatório: "1) excluir a exigência de aplicativo para prestação de preços e portais aos estabelecimentos credenciados para inscrição dos valores mínimos, máximos e marcas dos itens que compõem a cesta básica; 2) eliminar do certame a Prova de Conceito destinada à avaliação do perfil e aplicativo mencionados no item anterior; 3) corrigir o valor estimado da contratação, com base no montante apurado dos créditos disponibilizados aos usuários, resultante dos valores da cesta mensal e da cesta de Natal calculados para o período de vigência do contrato". Em conformidade, as representações allegadas nos autos do TC-13361.989.21-3 e TC-17413.989.21-1, formuladas contra o segundo exemplar do ato de convocação, foram julgadas procedentes por esta Corte em Sessão Plenária de 29/09/2021, em voto também lavrado pelo e. Conselheiro Dimas Ramalho, oportunidade em que se preservou à Prefeitura uma retificação na referida peça editalícia: "2.5. Ante todo o exposto, o postor ou o mais, OTOU, não poderá, sob pena de PROCEDÊNCIA das representações e determino à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ODESSA que, em eventual relançamento do certame, excluda do ato convocatório a exigência, como condição de participação, de compromisso de implantação e manutenção de programa de integridade ou compliance como objetivo institucional". Isto posto, considerando a possibilidade do regular exercício do contraditório, em razão da suspensão da inscrição dos valores mínimos, máximos e marcas dos itens que compõem a cesta básica, determino que o edital seja retificado, suspendendo o torneio até ulterior deliberação desta Corte.Por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, a decisão, representação e demais documentos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCSP, na página www.tcesp.gov.br.

Proc-TC-13411.989.22-1-Representante:Agilon Comércio e Representações, Ltda.Advogado:Felipe Silveira Andreani (OAB/SP nº 410.713).Representada:Prefeitura Municipal de Cardoso, Responsável:Jair Cesar Nattes – Prefeito.Assunto:Representação formulada contra o edital do Pregão Presencial de Registro de Preços nº 018/2022, Processo nº 043/2022, tendo por objeto a aquisição de medicamentos para atender as necessidades clínicas da saúde do Município, visando disponibilizar assistência adequada aos pacientes.Trata-se de representação formulada por Agilon Comércio e Representações Ltda, contra o edital do Pregão Presencial de Registro de Preços nº 018/2022, Processo nº 043/2022, da Prefeitura Municipal de Cardoso, tendo por objeto a aquisição de medicamentos para atender as necessidades das unidades de saúde do Município, visando disponibilizar assistência adequada aos pacientes.Segundo a documentação anexa, a sessão de abertura do certame, inicialmente, o edital do pregão estava marcado para as 09h00 de 13/06/2022. No entanto, verifica-se que o certame foi suspenso, conforme aviso divulgado no portal eletrônico da Municipalidade.Em suma, a impugnante aponta prejuízo à livre concorrência em razão da adoção do critério de julgamento de preço global por lote, fazendo remissão às previsões do subitem 5.1, alínea "1", e do subitem 7.5.1 do edital.Consigo a necessidade de garantia do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.Salienta que a imposição de participação em lotes fechados de medicamentos impossibilita o ingresso de várias empresas.Pondera que o instrumento deve ser retificado para constar preço unitário e individualizado para cada um dos itens almejados.Tece considerações sobre dispositivos da Lei de Licitação, julgando as alegações dos interessados, para inferir que a Administração Pública deve obrigatoriamente respeitar os princípios da legalidade, vantagem e vinculação ao instrumento convocatório. Defende, além disso, que o ato de convocação, ao fixar grupos de fármacos, viola a isonomia.Acrescenta que [...] o ato convocatório delimita as condições norteadoras da disputa, mas fixa o seu objeto de forma errônea, abrangente em excesso, e que pode ser interpretado futuramente como discriminatório, o que é de suma importância para o relacionamento entre a Administração e os licitantes.Cumprante salientar, à guisa de conclusão, que é obrigação da Administração Pública, no proceder do procedimento licitatório, decidir as questões de forma objetiva, não lhe sendo facultado qualquer subjetivismo, conforme dispõe o art. 44 da Lei nº 8.666/93, abaixo transcrito: [...]Realma, a partir disso, que o instrumento deve ser adequado, para constar, de forma objetiva, a descrição do objeto, o preço unitário e o preço global dos medicamentos pretendidos na licitação.Em conclusão, requer a suspensão liminar do certame para que, oportunamente, o edital seja readequado.É o relatório.Decido.Considerando a possibilidade do regular exercício do contraditório, tendo em vista a paralisação do procedimento licitatório por ato da própria Administração, antes de avaliar o mérito dos questionamentos aduzidos, suspendo a sessão de abertura do certame, até o dia 18 de junho de 2022, para que a impugnante apresente as justificativas sobre as impropriedades aventadas, que deverão ser acompanhadas de cópia completa do edital, inclusive com as alterações eventualmente efetivadas.Recomenda-se seja mantida a medida, voluntariamente adotada, de suspensão até ulterior deliberação desta Tribunal.Por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, a decisão, representação e demais documentos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCSP, na página www.tcesp.gov.br.

Publique-se.
Proc-TC-13411.989.22-1-Representante:Agilon Comércio e Representações, Ltda.Advogado:Felipe Silveira Andreani (OAB/SP nº 410.713).Representada:Prefeitura Municipal de Cardoso, Responsável:Jair Cesar Nattes – Prefeito.Assunto:Representação

formulada contra o edital do Pregão Presencial de Registro de Preços nº 018/2022, Processo nº 043/2022, tendo por objeto a aquisição de medicamentos para atender as necessidades clínicas da saúde do Município, visando disponibilizar assistência adequada aos pacientes.Trata-se de representação formulada por Agilon Comércio e Representações Ltda, contra o edital do Pregão Presencial de Registro de Preços nº 018/2022, Processo nº 043/2022, da Prefeitura Municipal de Cardoso, tendo por objeto a aquisição de medicamentos para atender as necessidades das unidades de saúde do Município, visando disponibilizar assistência adequada aos pacientes.Segundo a documentação anexa, a sessão de abertura do certame, inicialmente, o edital do pregão estava marcado para as 09h00 de 13/06/2022. No entanto, verifica-se que o certame foi suspenso, conforme aviso divulgado no portal eletrônico da Municipalidade.Em suma, a impugnante aponta prejuízo à livre concorrência em razão da adoção do critério de julgamento de preço global por lote, fazendo remissão às previsões do subitem 5.1, alínea "1", e do subitem 7.5.1 do edital.Consigo a necessidade de garantia do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.Salienta que a imposição de participação em lotes fechados de medicamentos impossibilita o ingresso de várias empresas.Pondera que o instrumento deve ser retificado para constar preço unitário e individualizado para cada um dos itens almejados.Tece considerações sobre dispositivos da Lei de Licitação, julgando as alegações dos interessados, para inferir que a Administração Pública deve obrigatoriamente respeitar os princípios da legalidade, vantagem e vinculação ao instrumento convocatório. Defende, além disso, que o ato de convocação, ao fixar grupos de fármacos, viola a isonomia.Acrescenta que [...] o ato convocatório delimita as condições norteadoras da disputa, mas fixa o seu objeto de forma errônea, abrangente em excesso, e que pode ser interpretado futuramente como discriminatório, o que é de suma importância para o relacionamento entre a Administração e os licitantes.Cumprante salientar, à guisa de conclusão, que é obrigação da Administração Pública, no proceder do procedimento licitatório, decidir as questões de forma objetiva, não lhe sendo facultado qualquer subjetivismo, conforme dispõe o art. 44 da Lei nº 8.666/93, abaixo transcrito: [...]Realma, a partir disso, que o instrumento deve ser adequado, para constar, de forma objetiva, a descrição do objeto, o preço unitário e o preço global dos medicamentos pretendidos na licitação.Em conclusão, requer a suspensão liminar do certame para que, oportunamente, o edital seja readequado.É o relatório.Decido.Considerando a possibilidade do regular exercício do contraditório, tendo em vista a paralisação do procedimento licitatório por ato da própria Administração, antes de avaliar o mérito dos questionamentos aduzidos, suspendo a sessão de abertura do certame, até o dia 18 de junho de 2022, para que a impugnante apresente as justificativas sobre as impropriedades aventadas, que deverão ser acompanhadas de cópia completa do edital, inclusive com as alterações eventualmente efetivadas.Recomenda-se seja mantida a medida, voluntariamente adotada, de suspensão até ulterior deliberação desta Tribunal.Por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, a decisão, representação e demais documentos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCSP, na página www.tcesp.gov.br.

Publique-se.
Proc-TC-13142.989.22-7. Representante:Marcelo Furlan Baggio, Advogado, OAB/SP nº 367.979. Representada:Câmara Municipal de Rio Claro. Responsável: José Pereira dos Santos. Assunto: Representação formulada contra o edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. Cuida-se de Representação formulada pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para seu pleno funcionamento e atendimento das necessidades a que se destina. A abertura do procedimento, anteriormente marcada para às 14h de 09/06/2022, foi suspensa pela Administração representada para análise do edital do Pregão Presencial nº 02/2022, da Câmara Municipal de Rio Claro, que objetiva a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na gestão do acervo normativo municipal, para